

FEENIX4T PARTICIPAÇÕES LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

FEENIX4T PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Sócios e Quotistas da
Feenix4t Participações Ltda.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Feenix4T Participações Ltda. ("Companhia"), identificadas como controlada e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Feenix4T Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Não registro das receitas pelo regime de competência

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas nos registros contábeis somente quando da emissão da nota fiscal de serviços, contrariando o previsto nas normas contábeis brasileiras. De acordo com essas normas, a receita deve ser reconhecida por ocasião da prestação de serviço de acordo com o progresso físico do projeto. Conseqüentemente, não foi possível por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre os possíveis impactos contábeis e fiscais do assunto acima mencionado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Feenix4T Participações Ltda. e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Valores correspondentes - demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente examinadas por nós, conforme relatório emitido com modificação em 05 de março de 2019, com a seguinte ressalva: "As receitas de prestação de serviços são reconhecidas nos registros contábeis somente quando da emissão da nota fiscal de serviços, contrariando o previsto nas normas contábeis brasileiras".

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Roberto Camargo
Contador CRC 1 SP 191164/O-7

FEENIX4T PARTICIPAÇÕES LTDA E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	27	2.212	1.715	Fornecedores	11	-	-	1.111	304
Contas a receber	5	-	-	2.050	1.249	Empréstimos e financiamentos		-	-	10	-
Impostos a recuperar	6	-	-	427	-	Obrigações tributárias	12	-	-	505	91
Despesas antecipadas	7	-	-	130	71	Salários e encargos	13	-	-	298	57
Outros créditos	8	-	-	620	45	Outras contas a pagar		-	-	10	10
Total do ativo circulante		<u>6</u>	<u>27</u>	<u>5.439</u>	<u>3.081</u>	Total do passivo circulante		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.934</u>	<u>462</u>
NÃO CIRCULANTE						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14				
Outros créditos	8	-	-	-	83	Capital social		1.200	1.200	1.200	1.200
Investimentos	9	3.753	2.652	-	-	Lucros acumulados		<u>2.559</u>	<u>1.479</u>	<u>2.559</u>	<u>1.479</u>
Imobilizado	10	-	-	340	38			<u>3.759</u>	<u>2.679</u>	<u>3.759</u>	<u>2.679</u>
Total do ativo não circulante		<u>3.753</u>	<u>2.652</u>	<u>340</u>	<u>121</u>	Participação de acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>86</u>	<u>61</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>3.759</u>	<u>2.679</u>	<u>3.845</u>	<u>2.740</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>3.759</u>	<u>2.679</u>	<u>5.779</u>	<u>3.202</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.759</u>	<u>2.679</u>	<u>5.779</u>	<u>3.202</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEENIX4T PARTICIPAÇÕES LTDA E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	-	-	14.954	3.902
CUSTO DOS SERVIÇOS E DAS MERCADORIAS VENDIDOS	16	-	-	(6.837)	(1.260)
LUCRO BRUTO		-	-	8.118	2.642
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	17	-	-	(1.292)	(362)
Despesas gerais e administrativas	18	(2)	-	(1.937)	(469)
Resultado de equivalência patrimonial sobre investimentos	9	3.380	1.479	-	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		-	-	-	(11)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		3.378	1.479	4.889	1.801
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	19	0	0	27	3
Despesas financeiras	19	(2)	(0)	(10)	(10)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.377	1.479	4.905	1.794
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	20	-	-	(953)	(38)
LUCRO DO EXERCÍCIO		3.377	1.479	3.952	1.756
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionistas controladores		3.377	1.479	3.377	1.479
Acionistas não controladores		-	-	576	277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEENIX4T PARTICIPAÇÕES LTDA E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.377	1.479	3.952	1.756
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>3.377</u>	<u>1.479</u>	<u>3.952</u>	<u>1.756</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEENIX4T PARTICIPAÇÕES LTDA E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido dos acionistas controladores</u>	<u>Participação de acionistas não controladores</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2016		1.200	-	1.200	-	1.200
Resultado do exercício		-	1.479	1.479	61	1.540
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>1.200</u>	<u>1.479</u>	<u>2.679</u>	<u>61</u>	<u>2.740</u>
Resultado do exercício		-	3.377	3.377	25	3.402
Ações em tesouraria			(328)	(328)		(328)
Distribuição de Lucros			(1.969)	(1.969)		(1.969)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>1.200</u>	<u>2.559</u>	<u>3.759</u>	<u>86</u>	<u>3.845</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEENIX4T PARTICIPAÇÕES LTDA E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.377	1.479	4.905	1.756
Equivalência patrimonial	(3.380)	(1.479)	-	-
Depreciações e amortizações	-	-	23	3
	(3)	(0)	4.928	1.759
Redução (aumento) em ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(801)	(1.249)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(59)	(71)
Tributos a recuperar	-	-	(427)	-
Outros ativos	-	-	(492)	(111)
Aumento (redução) em passivos operacionais:				
Fornecedores	-	-	807	304
Empréstimo e financiamentos	-	-	10	-
Obrigações tributárias	-	-	(538)	91
Obrigações trabalhistas	-	-	241	57
Outras contas a pagar	-	-	-	10
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(3)	(0)	3.669	790
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições ao ativo imobilizado	-	-	(325)	(38)
Investimento em empresas	-	(1.173)	-	-
Recebimento de lucros de controlada	2.279	-	-	-
Integralização do capital social	-	1.200	-	1.200
Ações em tesouraria	(328)	-	(328)	-
Lucros pagos a minoritários no exercício	-	-	(550)	-
Lucros pagos no exercício	(1.969)	-	(1.969)	(237)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(18)	27	(3.172)	925
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	-	-	-
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(21)	27	497	1.715
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moedas estrangeiras				
	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	27	-	1.715	-
No fim do exercício	6	27	2.212	1.715
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(21)	27	497	1.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEENIX4T PARTICIPAÇÕES LIMITADA E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Feenix4T Participações Limitada (“Companhia”, “Controladora” ou “Feenix4T”) tem por objeto principal a exploração de atividade empresarial economicamente organizada, consistente na participação em outras sociedades empresariais ou simples, de atividade preponderantemente não financeira, na condição de sócia ou acionista, e a compra, venda e locação de bens imóveis próprios, residenciais e não residenciais.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha o controle da Green4T Soluções TI Ltda. (“Controlada” ou “Green4T”) que tem como atividade a execução de projetos de implantação e manutenção de data centers (segurança física para ambientes tecnológicos) de múltiplas dimensões e complexidades.

A Companhia foi constituída em 21 de setembro de 2016 e em 16 de maio de 2018 passou de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalente ao CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IAS 17 - Arrendamentos (equivalente ao CPC 06 (R2)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 - Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Feenix4T é como segue:

2.3. Base de consolidação e investimento em controlada

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem o poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha a seguinte controlada direta:

	<u>Localização</u>	<u>Participação - % 31/12/2017</u>
Controlada direta		
Green4T Soluções TI Ltda.	São Paulo	97,75

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre ela e termina quando a Companhia perde esse controle. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que deixa de controlá-la.

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas práticas contábeis às estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e sua controlada são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, quando aplicável, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

2.4. Apresentação de segmentos operacionais

A Companhia, através de sua controlada direta, desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisão; assim sendo, não estão sendo apresentadas informações por segmento.

2.5 Conversão de moeda estrangeira, moeda funcional e moeda de apresentação

2.5.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada é o Real (R\$). Na elaboração das demonstrações financeiras da controlada incluída na consolidação e utilizada como base para a avaliação do investimento pelo método de equivalência patrimonial, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.6. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

2.7 Reconhecimento de receitas e despesas

2.7.1. Apuração do resultado de venda de projetos de salas-cofre, manutenção e outros

As receitas e os custos com serviços prestados e mercadorias vendidas são reconhecidas quando da transferência do controle, riscos e benefícios. Os demais resultados da operação, incluindo o resultado com serviços prestados com instalação, manutenção e suporte técnico, bem como as despesas (receitas) operacionais, são registrados em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

2.8 Tributação

2.8.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

No Brasil, o imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social corrente, a Companhia adota o Regime Tributário do Lucro Presumido.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro presumido que exceder a R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido.

Os percentuais de redução de base de cálculo são de 32% para os serviços de manutenção preventiva e 8% para os serviços de empreitada global.

2.8.2. Impostos sobre as vendas e serviços

No Brasil, para as operações de prestação de serviços de projetos de salas-cofre, a contribuição ao Programa de Integração Social - PIS é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas operacionais. A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de cumulatividade).

Para as demais operações (outros serviços e venda de mercadorias), o PIS é calculado à alíquota de 0,65%, aplicado sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A COFINS é calculada à alíquota de 3,00%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de não cumulatividade). O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre vendas e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI possuem sistemática similar ao regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS, sendo calculados sobre as receitas de vendas de mercadorias ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. As alíquotas do ICMS, às quais a Companhia está submetida em suas operações, variam de 12% a 18%.

O Imposto Sobre Serviços - ISS é calculado de forma similar ao regime de cumulatividade e sua alíquota depende do local de prestação dos serviços no caso de projetos de salas-cofre. As alíquotas das cidades onde a Companhia executa projetos podem variar de 2% a 5%.

2.9 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade consolidada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.9.1. Ativos financeiros

São classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos financeiros da Companhia incluem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Títulos e valores mobiliários” e “Contas a receber”.

2.8.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

2.9.1.2. Mensuração subsequente

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir:

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são instrumentos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses instrumentos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa efetiva de juros), menos perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros classificados nessa categoria são os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem, substancialmente, depósitos à vista e Certificados de Depósito Bancário - CDBs compromissados, denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais não existem multas nem outras restrições para seu resgate imediato, com o emissor do instrumento.

Os equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos, apurados pelo critério “pro rata temporis”, e que, por serem baseados substancialmente em taxas pós-fixadas, equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

A abertura entre caixa e equivalentes de caixa está apresentada nas notas explicativas nº 4.

Contas a receber, partes relacionadas e créditos com terceiros

São classificados como empréstimos e recebíveis e demonstrados ao custo, acrescido de variação monetária e juros, líquidos de ajuste a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos que não possuem garantia real.

2.9.1.3. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.9.1.4. Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e nas obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

2.9.1.5. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperação como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, “default” ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com “defaults”.

2.9.2. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

2.9.2.1. Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade da Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

2.9.2.2. Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações.

Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.9.2.3. Instrumentos compostos

As partes que compõem os instrumentos compostos emitidos pela Companhia (títulos conversíveis) são classificadas separadamente como passivos financeiros e patrimônio, conforme a natureza do contrato e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. A opção de conversão que será liquidada por meio de troca de um valor fixo de caixa ou outro ativo financeiro por um número fixo dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é um instrumento de patrimônio.

Na data da emissão, o valor justo do componente passivo é estimado pela taxa de juros vigente no mercado de um instrumento não conversível similar. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado pelo método de juros efetivos até sua extinção por conversão ou até a data do vencimento do instrumento.

A opção de conversão classificada como patrimônio é determinada pela dedução do valor do componente do passivo e do valor justo do instrumento composto como um todo. Esse valor é reconhecido e incluído no patrimônio, líquido dos efeitos do imposto de renda, e não é remensurado. Adicionalmente, a opção de conversão classificada como patrimônio permanecerá registrada no patrimônio até o exercício da opção de conversão. Nesse caso, o saldo reconhecido no patrimônio será transferido para a rubrica específica no patrimônio líquido. Quando a opção de conversão não é exercida na data de vencimento do título conversível, o saldo reconhecido no patrimônio será transferido para a rubrica “Prejuízos acumulados”. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado após a conversão ou o vencimento da opção de conversão.

Os custos da transação relacionados à emissão de títulos conversíveis são alocados ao passivo e aos componentes do patrimônio proporcionalmente à alocação dos recursos recebidos brutos. Os custos da transação relacionados ao componente do patrimônio são reconhecidos diretamente no patrimônio. Os custos da transação relacionados ao componente do passivo são incluídos no valor contábil do componente do passivo e amortizados durante a vida dos títulos conversíveis pelo método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui instrumentos emitidos classificados como instrumentos compostos.

2.9.2.4. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros incluem: empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar por aquisição de participação.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de “hedge” definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de “hedge” efetivos.

Ganhos e perdas de passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui passivos financeiros classificados como financeiros a valor justo por meio do resultado, incluindo instrumentos financeiros derivativos. Dessa forma, a Companhia também não tem como política contábil utilizar o “hedge accounting”.

- Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

No caso da Companhia, os outros passivos compreendem substancialmente:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de juros efetivos.

- Fornecedores

Incluem obrigações de curto prazo com fornecedores de mercadorias para utilização nos projetos, materiais e serviços e são mantidos a valores de liquidação.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumento financeiro - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado do período quando incorridas pelo regime de competência.

2.11 Investimentos

A Companhia detém o controle sobre uma empresa quando possui o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. Os investimentos nas controladas são registrados nas demonstrações financeiras individuais da controladora pelo método de equivalência patrimonial.

2.12 Imobilizado e Intangível

O imobilizado e o intangível são registrados ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Um item de imobilizado ou intangível é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação ou a amortização é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens.

A vida útil e os métodos de depreciação foram revisados pela Administração no encerramento do exercício social ou quando da ocorrência de algum evento relevante, não tendo ocorrido modificações, em relação às informações do exercício social anterior.

Os ativos imobilizados ou intangíveis estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos (“impairment”).

2.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.14 Ajuste a valor presente - ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores estimativas, quanto ao valor do dinheiro no tempo. Atualmente, a Companhia não possui contas atualizadas a valor presente e operações de longo prazo.

2.15 Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do período. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

2.16 Distribuições de lucros

Distribuições de lucros aos sócios poderão ocorrer a qualquer tempo, desde que haja levantamento de balanço ou balancete intermediário que demonstre lucro acumulado.

2.17 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3. ADOÇÃO DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, ORIENTAÇÕES E INTERPRETAÇÕES NOVOS E/OU REVISADOS

- a) As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, foram adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A adoção dessas IFRS novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior:

Modificações à IAS 7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (i)
Modificações à IAS 12	Impostos sobre a Renda (i)

b) Normas e interpretações novas ainda não adotadas:

IFRS 15/CPC 47	Receitas de Contratos com Clientes (ii)
IFRS 9/CPC 48	Instrumentos Financeiros (ii)
IFRS 16	Operações de Arrendamento Mercantil (iii)

(i) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

(ii) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

(iii) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia avaliou as novas normas e não espera impactos significativos, exceto pela IFRS 15.

Em 28 de maio de 2014, o IASB emitiu a IFRS 15 - "Revenue from Contracts with Customers" (CPC 47), que alterou significativamente os critérios de reconhecimento de receita. No segmento de contratos de construção, o principal impacto deverá ocorrer na aplicação desses conceitos nos diferentes arranjos contratuais existentes, o que poderá ocasionar, para alguns desses contratos, a necessidade de alteração do momento em que determinada receita é reconhecida. Em outras palavras, os critérios da IFRS 15 podem definir que certas vendas devem ser reconhecidas em um momento determinado e não continuamente durante a construção, como normalmente aplicado atualmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o CPC formulou consulta ao Comitê de Interpretação do IASB – IFRS IC sobre a aplicação ou não do reconhecimento de receita ao longo do tempo (POC) para determinados contratos do ambiente brasileiro. A previsão é que a finalização do tema ocorra em março de 2018. No âmbito das IFRS, a norma entrará em vigor para períodos ou exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

c) Outras alterações

- (i) Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e a IAS 28;
- (ii) Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações;
- (iii) Alterações ao CPC 28 (IAS 40) Transferências de propriedade de investimento;
- (iv) Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- (v) ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- (vi) IFRIC 23 Incerteza sobre tratamentos do imposto de renda;

Não existem outras normas, alterações de normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter um impacto significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	-	-	28	7
Bancos conta movimento	6	27	2.184	1.708
	<u>6</u>	<u>27</u>	<u>2.212</u>	<u>1.715</u>

5. CONTAS A RECEBER E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Faturas a receber de clientes	-	-	2.050	1.249
Total de contas a receber	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.050</u>	<u>1.249</u>

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

	Faturas a receber de clientes			
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	-	-	1.953	-
Títulos vencidos:				
Até 30 dias	-	-	18	304
De 31 a 60 dias	-	-	75	945
De 61 a 180 dias	-	-	1	-
De 181 a 365 dias	-	-	3	-
Mais de 365 dias	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.050</u>	<u>1.249</u>

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial, quando aplicável. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
PIS a compensar	-	-	1	-
COFINS a compensar	-	-	7	-
CSLL a compensar	-	-	2	-
INSS a compensar	-	-	312	-
ISS a compensar	-	-	105	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>427</u>	<u>-</u>

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Licença de uso de software	-	-	6	5
Serviço de auditoria - ABNT	-	-	41	66
Depósito caução – garantia aluguel	-	-	83	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>130</u>	<u>71</u>

8. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Adiantamento a fornecedores	-	-	472	17
Adiantamento para despesas	-	-	119	28
Seguros a apropriar	-	-	29	-
Depósito caução – garantia	-	-	-	83
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>620</u>	<u>128</u>
Curto Prazo	-	-	620	45
Longo Prazo	-	-	-	83
			<u>620</u>	<u>128</u>

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Os investimentos nas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2017</u>						
	<u>Participação</u> <u>- %</u>	<u>Total do</u> <u>ativo</u>	<u>Total do</u> <u>passivo</u>	<u>Patrimônio</u> <u>líquido</u>	<u>Lucro do</u> <u>período</u>	<u>Investimento</u>	<u>Equivalência</u> <u>patrimonial</u>
<u>Investida direta</u>							
Green 4T Soluções TI Ltda. (a)	97,75	5.773	5.773	3.839	3.956	3.753	3.380

(a) Os saldos das rubricas “Investimento” e “Equivalência patrimonial” referentes à Green4T são reconciliados conforme segue:

<u>Investimento</u>	<u>31/12/2017</u>
Patrimônio líquido registrado na investida	3.839
Participação da Companhia	<u>97,75%</u>
Total	3.753
<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro do período registrado na investida	3.956
Participação da Companhia	<u>97,75%</u>
Subtotal	3.867
Dividendos distribuídos	<u>(487)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	3.380

	<u>2016</u>						
	<u>Participação</u> <u>- %</u>	<u>Total do</u> <u>ativo</u>	<u>Total do</u> <u>passivo</u>	<u>Patrimônio</u> <u>líquido</u>	<u>Lucro do</u> <u>período</u>	<u>Investimento</u>	<u>Equivalência</u> <u>patrimonial</u>
<u>Investida direta</u>							
Green 4T Soluções TI Ltda. (a)	<u>2016</u> 97,75	<u>2016</u> 3.175	<u>2016</u> 3.175	<u>2016</u> 2.713	<u>2016</u> 1.756	<u>2016</u> 2.652	<u>2016</u> 1.479

(b) Os saldos das rubricas “Investimento” e “Equivalência patrimonial” referentes à Green4T são reconciliados conforme segue:

<u>Investimento</u>	<u>31/12/2016</u>
Patrimônio líquido registrado na investida	2.713
Participação da Companhia	<u>97,75%</u>
Total	2.652
<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro do período registrado na investida	1.756
Participação da Companhia	<u>97,75%</u>
Subtotal	1.716
Dividendos distribuídos	<u>(237)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	1.479

10. IMOBILIZADO

	Consolidado							Total
	Hardware	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Ferramentas	Equipamentos Telefônicos	
Em 31 de dezembro de 2016:								
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	40
Aquisições	27	-	11	2	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(1)	-	(1)	-	-	-	-	(2)
Saldo contábil, líquido	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38</u>
Em 31 de dezembro de 2016:								
Custo	27	-	11	2	-	-	-	40
Depreciação acumulada	(1)	-	(1)	-	-	-	-	(2)
Saldo contábil, líquido	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38</u>
Em 31 de dezembro de 2017:								
Saldo inicial	26	-	10	2	-	-	-	38
Aquisições	131	-	-	5	77	103	9	325
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(15)	-	-	(1)	(2)	(5)	-	(23)
Saldo contábil, líquido	<u>142</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>6</u>	<u>75</u>	<u>98</u>	<u>9</u>	<u>340</u>
Em 31 de dezembro de 2017:								
Custo	157	-	10	7	77	103	-	363
Depreciação acumulada	(15)	-	-	(1)	(2)	(5)	-	(23)
Saldo contábil, líquido	<u>112</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>6</u>	<u>75</u>	<u>98</u>	<u>-</u>	<u>340</u>

As seguintes vidas úteis e as taxas de depreciação são utilizadas para cálculo da depreciação:

	<u>Vida útil</u>	<u>Vida útil - %</u>
Móveis e utensílios	10 anos	10
Máquina e Equipamentos	10 anos	10
Equipamentos Telefônicos	5 anos	20
Hardware	5 anos	20
Benfeitorias	5 anos	20

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras, a Administração entendeu que os itens do ativo imobilizado não possuem evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação, conforme IAS 36 (equivalente ao CPC 01 (R1)).

11. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Contas a pagar a fornecedores	-	-	1.111	304
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.111</u>	<u>304</u>

São compostos substancialmente por fornecedores de serviços, materiais de consumo, obras e infraestrutura, aluguéis e fornecedores de informática. O prazo médio de pagamento dos fornecedores gira em torno de 30 dias.

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
ISS retido a recolher	-	-	8	-
IPI a recolher	-	-	-	-
ISS a recolher	-	-	74	4
PIS a recolher	-	-	9	8
COFINS a recolher	-	-	42	38
IRPJ a recolher	-	-	257	24
CSLL a recolher	-	-	95	13
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	-	-	3	1
INSS retido a recolher	-	-	17	3
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>505</u>	<u>91</u>

13. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e ordenados	-	-	16	-
Provisão de férias	-	-	210	22
INSS a recolher	-	-	11	24
FGTS a recolher	-	-	19	3
IRRF sobre a folha de pagamento	-	-	28	7
Outras obrigações trabalhistas	-	-	14	1
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>298</u>	<u>57</u>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.200, equivalente a 1.200.000 de ações ordinárias, sem distinção de classe, no valor nominal de R\$1,00 cada, composto conforme apresentado a seguir.

<u>Acionistas</u>	<u>Classe</u>	<u>Ações</u>	
		<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Eduardo Casasanta Marini	Ordinárias	300.000	25,00
Antônio Donizete Lopes Bob	Ordinárias	300.000	25,00
Vaner Benedito Soares da Silva	Ordinárias	300.000	25,00
Quotas em tesouraria	Ordinárias	<u>300.000</u>	<u>25,00</u>
		<u>1.200.000</u>	<u>100,00</u>

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita operacional bruta				
Receitas com projetos:				
Mercado nacional	-	-	10.101	4.184
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Receitas com serviços de manutenção				
Mercado nacional	-	-	5.578	24
Outras receitas	-	-	460	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.139</u>	<u>4.208</u>
Total da receita operacional bruta	-	-	16.139	4.208
Impostos sobre vendas e serviços	-	-	(1.185)	(306)
Cancelamentos e devoluções	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.954</u>	<u>3.902</u>
Receita operacional líquida	-	-	14.954	3.902

16. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DAS MERCADORIAS VENDIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Materiais aplicados em obras e serviços	-	-	(2.725)	(602)
Serviços de terceiros			(2.147)	(471)
Pessoal	-	-	(1.668)	(144)
Outros custos	-	-	(297)	(43)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.837)</u>	<u>(1.260)</u>

17. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal	-	-	(674)	(192)
Comissões e despesas de representação			-	-
Serviços de terceiros			(359)	(50)
Eventos e viagens	-	-	(196)	(101)
Outras despesas	-	-	(63)	(19)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.292)</u>	<u>(362)</u>

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal	-	-	(430)	(133)
Serviços de terceiros	(2)	-	(797)	(178)
Serviços advocatícios e despesas jurídicas	-	-	(12)	(4)
Telefonia e Internet	-	-	-	(14)
Aluguéis	-	-	(172)	(92)
Seguros	-	-	-	(14)
Manutenção, limpeza e materiais de escritório	-	-	(273)	-
Outros tributos, multas e taxas	-	-	(22)	-
Viagens	-	-	(103)	-
Depreciações e amortizações	-	-	(13)	(1)
Outras despesas	-	-	(115)	(33)
	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(1.937)</u>	<u>(469)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	-	-	-
Descontos obtidos	-	-	10	1
Rendimentos com aplicações financeiras	-	-	17	2
Outras receitas financeiras	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27</u>	<u>3</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos	-	-	(1)	(1)
Juros sobre empréstimos	-	-	-	-
Juros e multa sobre debêntures	-	-	-	-
Variação monetária passiva	-	-	-	(6)
Despesas bancárias	(2)	-	(9)	(3)
Gastos com emissão de apólices	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	-	-	-	-
	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(10)</u>	<u>(10)</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CSLL CORRENTES

Prestação de Serviços a 32%	-	-	6.037	24
Prestação de Serviços a 8%	-	-	10.102	4.184
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.139</u>	<u>4.208</u>
Receitas financeiras	-	-	27	3
Contribuição social 9%	-	-	(285)	(14)
Imposto de renda 15%	-	-	(415)	(24)
Adicional imposto de renda 10%	-	-	(253)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(953)</u>	<u>(38)</u>